

# Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico

Elton Antunes\*

## **Resumo:**

Este artigo explora a organização temporal como uma dimensão de análise na produção do acontecimento jornalístico. Propõe-se uma compreensão do discurso jornalístico da atualidade como um efeito de sentido produzido a partir da associação a determinadas representações da figura do tempo. A abordagem examina a maneira como a temporalidade integra o sistema de regras que define a especificidade da enunciação jornalística para sistematizar o mundo e produzir o tipo de sentido culturalmente relacionado à informação de atualidade.

**Palavras-chave:** acontecimento jornalístico; discurso jornalístico impresso; temporalidade

## **Abstract:**

This paper explores the temporal organization as a dimension of analysis in the production of journalistic event. It is proposed an understanding of the present time in journalistic discourse as a necessary sense produced from the combination of certain representations of the time figure. The approach focuses on the way the temporality integrates the system of rules that defines the particularity of the journalistic discourse, that systemize the world and to produce the culturally related meaning to the present time information.

**Keywords:** journalistic event; journalistic discourse; temporality

---

\* Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). eantunes@ufmg.br

## 1. Introdução

Como o discurso da mídia “informa”? Diria Landowski que “sua leitura ou sua audição imprime globalmente uma *forma* à maneira como concebemos e até como vivemos nosso presente” (1992, p.117, grifo nosso). A forma do discurso de informação da atualidade é por excelência o acontecimento, “é aquilo de que se fala”, assevera Charaudeau (1997; 2006). Os acontecimentos são em princípio representações languageiras do fluxo da experiência do mundo produzidos a partir de uma fragmentação semântica “ordenada por um ato de tematização” (CHARAUDEAU, 2006, p.94). Tal tematização, entretanto, não deve ser tomada por uma espécie de operador de fragmentação do real.

Se pensarmos, a partir de uma tradição de análise, calcada em Paul Ricoeur, que a narrativa permite uma inteligibilidade da experiência social a partir de uma mise en intrigue, a noção de acontecimento deve também estar assentada numa idéia de construção. A narrativa, ao compor eventos, motivos, atores, produz um relato que representa o acontecimento jornalístico em uma dada configuração temporal que agencia ação e interpretação. O que nos permite dizer que “a descrição de um acontecimento não se fecha no tempo da sua emergência. Outras perspectivas atravessam-no como linhas de fuga abertas sobre o passado ou o futuro” (ARQUEMBOURG, 1996, p.32). Essas temporalizações diversas remetem às categorias de *espaço da experiência* e *horizonte de expectativa*, base para uma semântica do tempo histórico como proposta por Koselleck (1993). Referida ao passado, a experiência permite a recordação. A espera remete ao devir e incorpora traços como a esperança, o temor, o possível. “Ambas não têm, no entanto, o mesmo estatuto. A experiência pode ser datada e engloba vários estratos do passado. Ela é principalmente, em relação à espera, saturada de realidade” (ARQUEMBOURG, 1996, p.32). No âmbito da narrativa as duas categorias podem operar diferentemente orientadas para o presente, o futuro ou o passado. Em Koselleck, espaço de experiência e horizonte de expectativa se co-definem. Na medida em que as fronteiras de ambas se movem, alteram-se as temporalidades históricas. A dilatação do horizonte de expectativa com a conseqüente restrição do espaço da experiência seria um dos traços da sociedade contemporânea<sup>1</sup>.

## **2. O acontecimento e a estruturação temporal da atualidade**

A compreensão da estrutura temporal de construção do acontecimento jornalístico pode ser referida a três níveis: a temporalização proporcionada pela trama da narrativa; a perspectiva temporal verificada ao nível da enunciação e as referências temporais acionadas para a caracterização do acontecimento (ARQUEMBOURG, 1996). Na sua articulação tais dimensões permitem que se identifique, relate e interprete um acontecimento jornalístico.

A caracterização temporal do acontecimento no jornal impresso deve ser implicada na figura sugerida por Tétu (2000) de um futuro anterior que se dá não apenas na narrativa, mas se antecipa no próprio enquadramento e na estrutura de captura do acontecimento construída pela instância midiática. Os valores-notícia e os enquadramentos que são operados em cada veículo ficam “a espreita” do acontecimento, o que faz com que sua aparição seja bem menos ligada a uma idéia de ruptura como normalmente se associa.

Sodré (2004) aponta que nas definições tradicionais do jornalismo, aquelas que estão muitas vezes presentes nos guias de orientações da prática profissional ou nas teorias que tomam a notícia como espelho do real, o acontecimento jornalístico aparece referido às formas de classificação da notícia quanto ao tempo e modo de ocorrência: “(a) previstas – aquelas que nos permitem um conhecimento antecipado, anunciado com antecedência; (b) imprevistas – as de caráter inesperado, como crimes, incidentes, incêndios, etc.; (c) mistas – as que reúnem, numa só informação, o previsto e o imprevisto” (BAHIA apud SODRÉ, 2005). É curioso como tal tipologia se assemelha à que Charaudeau, no âmbito da Análise do Discurso, produz para caracterizar o processo de seleção do acontecimento ativado pelas mídias. Segundo Charaudeau, critérios externos definem o “modo de aparição do acontecimento”: “o acontecimento surge em sua factualidade, com um caráter inesperado”; “o acontecimento é programado” a partir de um sistema de expectativas que organiza o desenvolvimento da vida social; e “o acontecimento é suscitado, provocado por campo social diferente do domínio das mídias” (CHARAUDEAU, 2006, p.138). A primeira vista, ocorreria aqui certo paralelismo com uma concepção algo naturalista do acontecimento, fortemente engendrada pelo próprio discurso da mídia de informação e que, conforme indica Sodré, induz a uma percepção do acontecimento tão somente como ruptura, entendida como emergência do novo. Charaudeau, entretanto, também lembra os critérios internos – afeitos à instância midiática – necessários à definição do acontecimento e que

organizam um conjunto de valores voltados para a captura e produção do acontecimento como algo inteligível. Ocorre, assim, que o jornalismo também opera exatamente em direção oposta a essa idéia de ruptura, promovendo a integração do “novo” às categorias do já existente, como construído pelo sistema de informação e pela própria experiência social. Há, pois, uma figuração dos acontecimentos com base em uma estrutura arquetípica, há um padrão que retém alguns acontecimentos e despreza outros, os fatos visam os acontecimentos procurando de certa maneira estabilizá-los.

A compreensão do acontecimento demanda então que se perceba que a relação intrínseca entre acontecimento e acontecimento jornalístico não os torna fenômenos equivalentes. De um ponto de vista fenomenológico, “um acontecimento é antes de tudo uma ruptura dentro de uma ordem de coisas”, lembra Arquembourg-Moreau (2003, p.28). Do ponto de vista biográfico ou histórico, um acontecimento pode implicar uma quebra de expectativas, uma abertura para possibilidades não previstas. Mas a mídia faz emergir um acontecimento a partir de um “processo evenemencial”, no qual a desordem semeada pelo acontecimento, sua imprevisibilidade, é posta em um quadro contextual, em um mundo significado. À percepção de algo que perturba uma ordem opõe-se, pelo relato jornalístico, um enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes. O acontecimento funciona, pois, como uma ocorrência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em acontecimentos jornalísticos. Aí, de um acontecimento visto como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais” (RODRIGUES, 1993, p.27) passamos a acontecimentos que ocorrem e afetam alguém, que se dão sob duas visadas. Torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido. Mas este olhar, no universo do discurso da informação midiática, torna-se um duplo olhar: o acontecimento está na interseção entre um olhar que mostra, da instância de produção, e um olhar que vê, na instância da recepção. “Os meios de comunicação social são sempre confrontados com uma demanda de informação que é também um pedido de sentidos e por conseguinte à imperiosa necessidade de inserir os acontecimentos na trama lógica de uma história que os explique” (ARQUEMBOURG, 2003, p.33). Tal trama faz com que os fatos, no caso do discurso diferido da mídia impressa, sejam montados reportando ocorridos a partir do seu termo, do seu fim, da identificação de um resultado.<sup>2</sup> De alguma maneira buscam estabelecer figuras de um regime de historicidade – uma passagem de um passado para um presente

que o acontecimento teria como que cindido. Essa construção de um acontecimento interpretado não deve ser, entretanto, confundida com uma suposta incapacidade do relato noticioso de permitir que o fato jornalístico também se abra para possibilidades variadas de inteligibilidade, que seja inovador ou perturbador em relação a uma situação dada. Reduzir a indeterminação do acontecimento não significa estabelecer uma única determinação como muitas vezes parece querer um modelo de jornalismo atualmente dominante.

A partir desse ponto trata-se de indicar então que o acontecimento jornalístico não pode ser definido tão somente por esse movimento de descontinuidade. É o que leva Sodré a postular que o acontecimento não marca uma ruptura mas sim a produção de um *ponto rítmico* na temporalidade cotidiana. Considerando as modalidades de manifestação do acontecimento consagradas na visão tradicional do jornalismo, Sodré (1996; 2005) pontua então que o acontecimento jornalístico é, quanto ao modo de ocorrência, um “fato marcado”, aquele que é visado e capturado na teia dos critérios de noticiabilidade definidos pela prática jornalística.

Tal formulação permite a Sodré questionar o que se define contemporaneamente por notícia pois, em tese, “os fatos não-marcados são normalmente desconsiderados pela pauta jornalística”, mas é já uma normalidade da vida cotidiana que apareça no discurso da informação acontecimentos altamente previsíveis de que se ocupam em bom número as notícias.

O acontecimento jornalístico é a pontuação rítmica do fato. Este último é “pontuado” pelo código de produção da informação pública, não por motivo de ruptura do ordenamento do cotidiano, e sim pelo valor rítmico que o próprio sistema de informação atribui ao fato, de acordo com a intensidade de sua marcação, ou seja, de acordo com o que o jornalismo supõe que haja nele, ao mesmo tempo, de mais singular e de maior possibilidade de vinculação com todos nós. Isto equivale a dizer que o fato não é necessariamente “pontual” em si mesmo, já que pode ser maior (ou menor) do que o acontecimento, tanto de modo a permitir o desdobramento temporal da notícia (a suíte ou seqüência de notícias), quanto para instalar a possibilidade da demonstração das causas e efeitos da ocorrência (...). Todo e qualquer fato tornado acontecimento pelo jornalismo implica uma pontuação rítmica, pouco importando se o acontecimento se deu no passado ou no presente contínuo (SODRÉ, 2006, p.8).

Visto o acontecimento então, no que diz respeito ao seu modo de ocorrência, não como ruptura mas como uma marcação, a repercussão em seu “tempo de ocorrência” é direta. Sodré mostra que a notícia é uma maneira específica de estruturação do tempo a partir de sua relação particular com esse movimento regular que caracteriza o ritmo. A notícia funciona como uma espécie de “ritmista”,

que cadencia de alguma maneira a passagem do “bloco” da vida social. Periodicidade, a fixação da atualidade em um presente da enunciação, a urgência como publicação imediata de uma apuração recente, são todos aspectos da temporalidade social marcados por essa ritmização no âmbito da notícia. Essa linha de abordagem parece-nos permitir algumas nuances analíticas importantes em diferentes compreensões teóricas do acontecimento jornalístico, muitas vezes tomadas em bloco.

O jornalismo é visto assim como um dispositivo que arquiteta o acontecimento com e no discurso, assegurando sua identificação. Tal discurso, feito de sentido compartilhado – algo que se mostra e que se vê – e poroso à experiência coletiva social, organiza esta “refletindo e integrando num todo os fragmentos dispersos com que é tecida a trama do presente” (RODRIGUES, 1993, p.107). O discurso da informação constitui-se como uma maneira de expressar, mas também fazer circular o acontecimento. Coloca-o em movimento e, ao fazê-lo, alimenta a re-interpretação do próprio acontecimento.

Daí que o acontecimento não seja uma mera “aparição” na atualidade, o que nos remete para uma segunda ordem de questões. Como a composição textual da notícia engendra o tempo dos acontecimentos e produz o sentido de atualidade? Ela faz atualidade articulando as dimensões de passado, presente e futuro, condensando um triplo presente (RICOUER, 1994; GARCIN-MARROU, 1996). A atualidade não seria, então, uma qualidade dos acontecimentos e, portanto, da informação jornalística. Seu aspecto mais aparente, o presente do acontecimento para o qual o relato noticioso aponta, não é a única dimensão temporal da informação. Ao narrar, o jornalista, como condição de compreensão, implica o acontecimento numa referência à sua própria história, o “presente das coisas passadas”. Já o “fato mesmo”, aquele posto como diferido dessa história, se constitui no “presente das coisas presentes”. O “presente das coisas futuras” é a própria expectativa do desenrolar-se, de seqüência, posta pelo acontecimento.

Garcin-Marrou (1996) mostra essa projeção da história na estrutura de inteligibilidade de um acontecimento jornalístico ao analisar a narrativa de dois jornais sobre os conflitos na Irlanda do Norte e a luta do grupo político IRA. Conflitos entre protestantes e católicos, a política britânica, o terrorismo são parâmetros sócio-históricos necessários para que se possa produzir (e compreender) um relato jornalístico dos acontecimentos que se sucedem:

manifestações, atentados etc. Não nos parece que apenas acontecimentos com tal “densidade histórica” remetam necessariamente ao passado, a uma memória, na construção da narrativa jornalística. Se em tais casos, a História se torna mesmo parte do enunciado com remissões a acontecimentos outros de tempos remotos, ela se faz sempre presente na construção do acontecimento jornalístico do agora, pois é parte do “fundo” contra o qual se projeta a informação nova da notícia. Aparentes banalidades como *“Romário fica no banco do Vasco em jogo com o América”* ou *“Mudanças no IR devem reter mais pessoas na malha fina”* supõe um saber encarnado na experiência, uma memória como condição de compreensão dos acontecimentos postos em tela, e uma expectativa de conseqüências, um horizonte para tais fatos.

### 3. Acontecimento e a-historicidade

Charaudeau (1997; 2006) explica que a finalidade da informação midiática é dar conta do que advém ao espaço público selecionando eventos a serem reportados segundo seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Para Charaudeau, a noção de atualidade diz respeito a uma operação de significação acionada pelas instâncias de produção e de interpretação da informação, o processo “evenemencial” responsável pela emergência dos acontecimentos.

“Sabemos que os media têm por encargo dar conta dos acontecimentos que se situam em uma co-temporalidade enunciativa, aproximando-se dos momentos da corrente temporal: instante do surgimento do acontecimento>instante da produção mediática>instante da saída do produto mediático>instante do consumo da notícia. Cada suporte o faz de acordo com seus meios técnicos, embora tenham em comum o quadro temporal da atualidade” (CHARAUDEAU, 1997, p.150).

A noção de atualidade “evenemencial”, para o autor, é central no seu entendimento de contrato de comunicação midiático: ela visa responder à questão “o que se passa nesse momento?”, determinando assim as escolhas temáticas dos assuntos objeto de atenção do discurso jornalístico. A atenção à atualidade irá conferir à informação jornalística sua natureza ao mesmo tempo efêmera e a-histórica. Tal condição, a chamada obsessão do presente, explicaria as dificuldades do discurso jornalístico em lidar com o passado e imaginar o futuro.

Retornamos, por outras vias, à marcação do debate sobre a história e notícia e sua relação com o presente que, aqui, para precisarmos certa noção de acontecimento,

cabe indicar. Charaudeau postula a *a-historicidade* da notícia distinguindo que sua co-temporalidade não tem proximidade com a de outros domínios como na História. No conhecimento histórico, a contemporaneidade é mais extensa, se inscreve no campo do perene, do tempo da longa duração. A notícia, ao contrário, fia-se em uma “visão superficial do mundo proposta pelas mídias, na qual não há nenhuma duração, nenhuma (ou quase nenhuma) perspectiva quanto ao passado, nenhuma (ou insignificante) projeção para o futuro” (CHARAUDEAU, 2006, p.135). A notícia não tem nenhuma espessura temporal mas simula tal condição por meio do “blefe” da narrativa, que insere o processo de conversão do acontecimento em notícia “numa interrogação sobre a origem e o devir” (p.135).

Ora, distinguir a notícia da história não implica em negar-lhe historicidade. Como diz Tétu (2003), a interpretação da ação relatada na notícia supõe o acionamento de formas culturais “tomadas de empréstimo” à história. A idéia de que a notícia está possuída por uma espécie de redemoinho de eventos que varrem a superfície sem deixar rasto opera certo reducionismo. A questão seria pensar qual a relação da notícia com a historicidade. Se condenamos a notícia pela sua falta de duração, por se constituir em um evento que existe para substituir outro evento noticioso numa deriva sem fim, talvez fosse importante lembrar que o transitório e o descontínuo compõem toda duração histórica. “Enquanto mudança, e mesmo realidades duradouras mudam, o tempo se confunde com o evento. Longa, muito longa, secular, milenar, na perspectiva de um tempo global, todas as durações tornam-se, finalmente, eventos: singularidades transitórias” (REIS, 1994, p.166). Ademais, quando observamos a composição de uma notícia no jornal podemos perceber, por exemplo, que para além da própria narrativa do artigo, elementos peritextuais como o “chapéu” – expressão curta colocada acima de um título e que indica o assunto de que trata a matéria – não só particularizam e especificam uma dada editoria no jornal mas implicam o fato em uma perspectiva de duração, inscrevem-no em um contexto alargado, condensam certa historicidade. A a-historicidade da notícia ou do acontecimento jornalístico só pode ser reivindicada se, em algum momento, se admitir a temporalidade como, para usar uma expressão de Norbert Elias (1998), uma espécie de “decalque conceitual de um fluxo objetivamente existente” da qual a efemeridade do instante presente seria um ponto. E aquilo que se confunde com esse ponto, aquilo que parece ser um mero instante de aparição, que sugere a-historicidade à notícia, talvez seja apenas um dos aspectos da temporalidade do acontecimento, o tempo da sua emergência, ligado à ocorrência que o faz surgir. Arquembourg-Moureau nos lembra que é



preciso distinguir nesse processo de transformação de acontecimentos em acontecimentos midiáticos pelo menos três “partições” temporais: esse tempo da emergência, mais aquele de uma demanda de sentido e inteligibilidade, e o tempo do reconhecimento. A notícia não trata, efetivamente, de uma retrospectiva de acontecimentos históricos, mas necessariamente orienta sua co-temporalidade entre acontecimento e circulação do acontecimento, não os privando e sim os orientando por linhas de fuga que figuram representações de passado e futuro.

A fixação ao presente parece realizar-se em detrimento das outras dimensões temporais. Este presente parece cortado do campo da experiência e do horizonte de expectativa, privado de perspectivas orientadas para o passado como para o futuro. Ele é compreendido como um momento efêmero a partir do qual nada de duradouro pode edificar-se: nem reflexão, nem projeto (ARQUEMBOURG-MOUREAU, 2003, p.57).

O que está em causa aí, para Arquembourg-Moureau, é a própria definição desse presente sem espessura. Há uma compreensão do presente tipicamente como sucessão de momentos, herança do passado e determinação para emergência do futuro. É uma figuração da temporalidade assentada em uma compreensão comum a partir de elementos como sucessividade, linearidade e universalidade. É uma imagem de que “o tempo é algo que flui, que há um agora movente, um presente móvel que vai se deslocando sem cessar, sempre no mesmo ritmo, do passado, do que já foi, para o futuro, o que ainda não é” (OLIVEIRA, 2003, p.49). É uma compreensão que nos faz pensar que a história tem um sentido, a estabelecer uma ordem dos acontecimentos baseada na relação entre eventos que são causa e eventos que são efeitos. Tal imagem, segundo Oliveira, não tem qualquer fundamento empírico para a ciência contemporânea, não corresponde a nenhum atributo objetivo do mundo natural. A sensação de fluxo do tempo é uma ilusão. “Habituada à cronalidade, nossa mente não ‘apreende’ o tempo, mas projeta-o sobre a realidade física, que ignora por completo o ‘momento presente movente’ característico da imagem da flecha móvel do agora” (OLIVEIRA, 2003, p.50). Esse presente sem historicidade é um presente, como diz Arquembourg-Moureau, de momentos “arrancados ao tempo”. Reduccionismo ou empobrecimento dos regimes de temporalidade, o fato é que essa compreensão comum é tomada como explicativa para a a-historicidade do acontecimento jornalístico.

Talvez falte então imaginar a construção dos acontecimentos jornalísticos, por exemplo, sobre a perspectiva não apenas da cronologia, mas também de outras figuras do tempo, como o *kairós*, que François Hartog, ao refletir sobre a fundação

da historiografia por Tucídides na época clássica, assim caracteriza: “em momento algum se trata de ‘estabelecer’ os fatos, investigar a realidade dos acontecimentos, mas sim pensar a respeito e a partir deles, saber, melhor que ninguém, exprimi-los, a fim de fazer o melhor uso deles, em função da conjuntura presente (*kairós*)” (HARTOG, 2001, p.103). Ou seja, trata-se de pensar a possibilidade de acrescer à relação tempo e acontecimento, para além do pontual, homogêneo, linear e contínuo, outras figuras da temporalidade. Márcio Tavares d’Amaral lembra que os gregos valiam-se do *kairós*, *aiôn*, *khronos*, *ethos* para tratar de processos distintos.

Para todas essas palavras usamos uma só, “tempo”. E dizemos que os gregos tinham várias concepções do tempo: uma como *aiôn*, outra como *kairós*, outra como *khronos*, outra como *ethos*, e havia ainda a referência aos ancestrais, a um passado gerador. Mas será que faz sentido dizermos que, quando os gregos usam a palavra *aiôn*, estão dizendo “tempo”; e quando usam *kairós* também estão dizendo “tempo”? E quando empregam *ethos* falam ainda da mesma coisa? E quando utilizam *khronos* permanecem designando “tempo”? Por que eles inventariam tantas palavras se estão dizendo uma coisa só? Nós é que empobrecemos extremamente a compreensão do que é o tempo quando acoplamos a lógica à duração e produzimos uma concepção crono-lógica, que é a única que fomos capazes de empregar de Aristóteles até agora. (d’AMARAL, 2003, p.26)

É curioso que também uma compreensão comum da notícia aponte para a idéia de que ela compõe um repertório, no âmbito da instância midiática, de contingência e imprevisibilidades, da “velha” história de que se um cachorro morder um homem não é notícia, mas se um homem morder um cachorro... Ora, nessa concepção unidimensional de temporalidade como uma externalidade em relação aos fenômenos, nessa sucessão de instantes, nessa continuidade linear, o discurso da informação jornalística parece apontar para o sentido oposto, procura exorcizar a indeterminação, congelar a significação. Uma das operações mais recorrentes no âmbito da produção da notícia que traduz tal movimento é o estabelecimento de uma ordenação dos acontecimentos fortemente baseada em um sentido: de eventos-causa para eventos-efeito. Mas como não ver uma certa “kairologia” no processo de seleção de acontecimentos, tão caro à produção da notícia? O *Kairós* remete ao momento oportuno, “a coincidência brusca e improvisa na qual a decisão colhe a ocasião” (AGAMBEN, 2005, p.124). Implica, pois, como lembra Márcio Tavares d’Amaral, ocorrência e decisão. “Mantivemos a ocorrência, mas suprimimos a decisão” (d’AMARAL, 2003, p.29). Já é lugar comum que o jornalismo procede fundamentalmente por escolhas. Que acontecimentos reter? De que maneira mostrar? São decisões acopladas a ocorrências. Mas, nesse sentido, são também o estabelecimento de operações temporais. Da mesma maneira, o acaso, aquilo que

podia não ser, não é só da ordem dos “acontecimentos naturais”, mas uma potência estruturante da própria notícia, um certo princípio de indeterminação quanto à significação, ao sentido daquilo que se relata.

Outro procedimento que ancora a construção do acontecimento jornalístico nessa idéia comum de tempo é marcado pela própria maneira como a notícia busca “capturar” e narrar o acontecimento: certa obstinação em não apenas coletar informações, pesquisar e descrever a realidade, transformando-a em problema, mas sobretudo de explicá-la. Valemo-nos novamente da discussão em torno da história para clarear o ponto no que se refere ao acontecimento jornalístico. Gagnebin, ao buscar compreender a relação história e narração em Walter Benjamin, mostra como, ao contrário de pensar uma relação “extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar histórico heterogêneo à sua constituição”, o pensador alemão via também a possibilidade de vislumbrar história e temporalidade “concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto” (GAGNEBIN, 1994, p.13). Parece-nos que o fato jornalístico adquire, com a visão comum do tempo, de maneira análoga a uma historiografia cientificista, não a dimensão de um objeto “bruto”, mas um acontecimento com explicações disponíveis a serem tão somente recuperadas.

Daí, será que não poderíamos transformar em questão para esse jornalismo “amarrado” ao presente a indagação que Gagnebin formulou ao discutir, entre outras coisas, o que é contar histórias?

“Como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios? Qual seria esta narração salvadora que preservaria, não obstante, a irreduzibilidade do passado, que saberia deixá-lo inacabado, assim como, igualmente, saberia respeitar a imprevisibilidade do presente?” (GAGNEBIN, 1994, p.72)

Também com ela diríamos que seria preciso apreender o acontecimento jornalístico com certo despojamento, sob a forma da *constelação* benjaminiana onde “tais estrelas, perdidas na imensidão do céu, só recebem um nome quando um traçado comum as reúne”. Marcado pela “obstinação da intenção”, o discurso jornalístico pouco tem sabido admitir a “intensidade da atenção”. Seria preciso, como diz Gagnebin, buscar outro caminho, talvez o que ela aponta como o método do desvio.

“Uma espécie de atenção ao mesmo tempo intensa e leve. Esta atenção indica uma presença do sujeito ao mundo tal que saiba deter-se, admirado, respeitoso, hesitante, talvez perdido, tal que as coisas possam se dar lentamente a ver e não naufraguem na indiferença do olhar ordinário. (...) A estrutura temporal deste método do desvio deve ser ressaltada: o pensamento pára, volta para trás, vem de novo, espera, hesita, toma fôlego. É o exato contrário de uma consciência segura de si mesma, do seu alvo e do itinerário a seguir”. (GAGNEBIN, 1994, p.99)

Não parece que tem sido esse o movimento característico do discurso de informação da atualidade contemporaneamente. Ao contrário, tomando de empréstimo uma formulação de Walter Ong para a cultura da escrita, podemos dizer que “planejamos cuidadosamente nossos acontecimentos para estarmos seguros de que sejam inteiramente espontâneos” (1998, p.155).

#### **4. Acontecimento e experiência cotidiana**

Diz-se que a figura histórica da informação jornalística “democratizou” o acontecimento. Thompson lembra que “nossa compreensão do mundo fora do alcance da nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação das formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p.38)”. O acontecimento jornalístico é uma forma simbólica por excelência para essa nova condição de estar no mundo. Ao invés de fiar-se apenas na tradição, nas condições atuais, sobretudo através da chamada midiatização acelerada da existência, a apropriação do material simbólico acentua o distanciamento dos contextos espaço-temporais da vida cotidiana. Não há necessariamente uma rejeição de formas antigas da tradição, mas sinais de uma tradição remodelada pelas novas condições da experiência que impõem também que

nossa substantiva responsabilidade se estende muito além da esfera de proximidade de nossas interações quotidianas; num mundo em crescente intercomunicação, os horizontes de responsabilidade também se estendem para outros distantes no espaço e no tempo, como também para o mundo não humano da natureza cujo destino está interligado ao nosso (THOMPSON, 1995, p.201).

O acontecimento jornalístico é um desses insumos da experiência, ao mesmo tempo em que pode ser pensado também como uma forma de experiência. Tal qual um sismógrafo, pode oferecer o registro ou captar ecos e tremores nas profundezas da experiência. Se, como diz Mouillaud, “o acontecimento se apresenta como um planalto entre duas falhas que o identificam, isolando-o dentro do *continuum* da duração (...), no tempo como no espaço, o acontecimento parece repousar sobre

decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima". O acontecimento jornalístico é antes de tudo uma "falha geológica" que se revela na superfície da experiência. Mostra que acontecimentos não se referem apenas àquilo que alguém pode experimentar no contexto da sua ação imediata, mas também o que pode ser trazido até ela por uma narrativa. O importante é perceber que nas condições contemporâneas das sociedades complexas, a informação jornalística é uma das maneiras dominantes de tratar o acontecimento. Mas como a informação jornalística faz para se tornar uma modalidade por excelência dessa produção de fatos sobre os acontecimentos do mundo? Tradicionalmente a prática jornalística ainda opera por certo empirismo que tende a restringir suas modalidades de interpretação da realidade. Notícia e fato são reduzidos a "coisas" perfeitamente delimitáveis e atestáveis. A observação que a informação jornalística patrocina do mundo sustenta-se em arrolar um conjunto de elementos que produzem fatos tomados como evidências empíricas desse mundo. Como diz Abramo, ao caracterizar a visão dominante no jornalismo como um "império de sentidos", "as coisas são o que são, encerrando-se no limite das percepções sensoriais. Se existe algo naquele momento, é tudo o que existe" (ABRAMO, 1991, p.57).

Como se fosse possível "revelar" fatos em si e como se o relato de alguém a respeito de um fato não fosse, em certas situações, mais importante do que as circunstâncias empíricas nas quais o fato se deu, conforme interpretadas pelo repórter: um policial que descreve uma ocorrência, um político que analisa uma ação presidencial e assim por diante. Na verdade, o noticiário mais delicado dos jornais não diz respeito a situações de baixo conteúdo teórico (como jogos de futebol ou incêndios), mas a ocorrências em que a notícia se constitui da apreensão de fatos por parte dos protagonistas. (ABRAMO, 1991, p.46)

Nesse recorte, tende-se a atribuir ao jornalismo uma incapacidade de se referir à experiência. Desde Benjamin e o ensaio "O narrador" (1987), postula-se com frequência uma incapacidade da notícia em "intercambiar experiências". O pensador alemão acabou por se tornar o fiador de uma espécie de leitura do jornalismo como "cavaleiro do apocalipse" da experiência.

Benjamin dizia que o periodismo é o grande dispositivo moderno para a destruição generalizada da experiência. O periodismo destrói a experiência, sobre isso não há dúvida, e o periodismo não é outra coisa que a aliança perversa entre informação e opinião. O periodismo é a fabricação da informação e a fabricação da opinião. E quando a informação e a opinião se sacralizam, quando ocupam todo o espaço do acontecer, então o sujeito individual não é outra coisa que o suporte informado da opinião individual, e o sujeito coletivo, esse que teria de fazer a história segundo os velhos marxistas, não é outra coisa que o suporte informado da opinião pública. Quer dizer, um sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos da informação e da opinião, um sujeito incapaz de

experiência. E o fato de o periodismo destruir a experiência é algo mais profundo e mais geral do que aquilo que derivaria do efeito dos meios de comunicação de massas sobre a conformação de nossas consciências. (BONDÍA, 2002, p.19)

A pretensão de atualidade e os valores que a dominam são vistos como avessos a uma experiência rica do mundo. O acontecimento seria da ordem de uma perturbação efetiva do mundo, a notícia apenas um traumatismo superficial. Em algumas perspectivas, trata-se mesmo de ver o jornalismo como um correlato da experiência degradada (ROMANO, 1999). O jornalismo seria uma das modalidades do empirismo que oculta o sentido original da experiência<sup>3</sup>, percebida como "travessia e perigo".<sup>4</sup>

Ora, parte do jornalismo realmente existente ampara-se sem dúvida em uma ideologia da comunicabilidade plena, como critica Bragança de Miranda (1997). Se olharmos do ponto de vista da Análise do Discurso, Charaudeau (1997; 2006) lembra acertadamente que a informação é produto da linguagem, que não é transparente em relação ao mundo e implica necessariamente a construção de um ponto de vista particular. E que esse ponto de vista está muitas vezes alicerçado em uma ideologia da transparência, da simplificação (a "hipótese baixa"), da produção de imagens estereotipadas. Se não é possível "absolver" o jornalismo contemporâneo dessas características, será possível reduzi-lo a tal? Sem dúvida tem-se a impressão que a notícia parece distinguida por uma forma de abordagem em que, por exemplo, a periodicidade, de instrumento de marcação do ritmo social, acaba por sobredeterminar o acontecimento e "rotinizar" a novidade. Romano vai dizer inclusive que o acontecimento se põe, na notícia, em um "quadro temporal predefinido de uma cronologia repetitiva e sem surpresa" (1999, p.277). Daí que a novidade no jornalismo é uma novidade "emprestada", artificial, pois desde sempre prevista, esconjurada de sua capacidade perturbadora e crítica. A atualidade no jornalismo se apresentaria como realizada e definitiva, como efetiva, e, para Romano, o acontecimento não é redutível a fatos, ele é essencialmente inatual (ROMANO, 1999, p.279).

O relato jornalístico do acontecimento se marca, nessa perspectiva, essencialmente, por uma abordagem que produz a saliência do padrão, do que se assemelha nos acontecimentos, na não caracterização de uma unicidade. As conexões que se estabelecem entre os fatos estão no domínio da ordem e das

causalidades simples, na identificação de “leis” que dirigem os acontecimentos e tramam contra a possibilidade de manifestação do imprevisto e do diferente.

Tal percepção, todavia, se ancora em alguns pressupostos discutíveis. Como mostra Quéré (2005), à experiência degradada deve corresponder uma experiência autêntica sempre vista como individual em confronto com o acontecimento. É a idéia de que a mídia não fala para alguém em particular, “o acontecimento que veicula é sem destinatário, (...) uma massa amorfa e indistinta” (ROMANO, 1999, p.276). Além disso, é um público de espectadores desengajados que não podem incorporar o acontecimento a uma experiência própria. Assim, esse esforço para construir um conceito “verdadeiramente fenomenológico da experiência” acaba por sugerir que tal experiência não possa (ou não deva) passar pela instância midiática.

Tal concepção não resiste às múltiplas investigações feitas, nas últimas décadas, sobre a recepção, mostrando que esta tem sempre um colectivo no horizonte: projecta um contexto social de apropriação e de discussão, e traduz-se pelo sentimento de pertença a um público; é retida num feixe de interações que comandam as modalidades da atenção acordada às publicações e às emissões e passa por ajustamentos recíprocos segundo formas de sociabilidade directa; tem, como ambiente, uma circulação das interpretações nos quadros de interacção da vida quotidiana, no decurso da qual experiências singulares transformam-se em empenhamentos colectivos. Trata-se, claro, de contextos sociais: suscitam certas formas de empenhamento e recusam outras.

A idéia de que as explicações e os comentários que «impregnam» os acontecimentos apresentados pelos media são um factor da degradação do acontecimento autêntico também não resiste ao exame. Esses comentários constituem uma das formas de desenvolvimento do inquérito que explora o potencial de esclarecimento e discriminação dos acontecimentos, já que problematizam as situações discordantes por estes criadas ou reveladas com vista a uma resolução. (QUÉRÉ, 2005, p.74)

A crítica de Quéré mostra que, de alguma maneira, a idéia de que o jornalismo promove experiência degradada baseia-se em uma perspectiva que toma o acontecimento jornalístico como algo que antecede a mediação e nela provoca impacto. Ora, a própria mediação é um evento que acomete os sujeitos na instância dos contextos receptivos onde estes se confrontam com os textos noticiosos.

À constatação de que o discurso da informação jornalística é o “algoz” da experiência, talvez devêssemos então perguntar como o relato do acontecimento jornalístico pode valer-se também de imprevisibilidade, contingência e não estar necessariamente regido por leis que predeterminam sua significação. Se, como diz Agamben lembrando Montaigne, “a experiência é incompatível com a certeza, e

uma experiência que se torna calculável e certa perde imediatamente a sua autoridade” (AGAMBEN, 2005, p.26), como operaria a introdução de um princípio de “incerteza” na notícia? Possivelmente se esta estiver despojada, ao mesmo tempo, de uma pretensão de trabalhar a partir de um método monolítico entendido como “o” caminho para se construir o relato – o que torna padrões rígidos de construção do acontecimento de fato em empecilhos, no que retornamos ao eterno debate do lide jornalístico apenas como “conjuntinho de regras” – mas também que não se perca na irrelevância do meramente curioso que abdica de qualquer princípio ou valor para produção do acontecimento. Uma pretensão intermediária seria mais adequada para se pensar a articulação experiência e jornalismo. Quem sabe à maneira de uma figura da articulação entre experiência e conhecimento como aparecia na cultura medieval que Agamben lê a partir da novela de cavalaria “A demanda do Santo Graal”.

Enquanto a experiência científica é de fato a construção de uma via certa (de um *métodos*, ou seja, de um caminho) para o conhecimento, a *quête* é, em vez disso, o reconhecimento de que a ausência de via (a *aporia*) é a única experiência possível para o homem. Mas, pelo mesmo motivo, a *quête* é também o contrário da aventura, que, na idade moderna, apresenta-se como o último refúgio da experiência. Pois a aventura pressupõe que haja um caminho para a experiência e que este caminho passe pelo extraordinário e pelo exótico (contraposto ao familiar e ao comum); enquanto que, no universo da *quête*, o exótico e o extraordinário são somente a marca da *aporia* essencial de toda experiência. (AGAMBEN, 2005, p.39)

Nem via certa, nem aventura. Assim, o relato jornalístico, ao invés de apenas oscilar entre formas de lidar com o acontecimento marcadas pela certeza ou o signo da aventura, pode se mostrar efetivamente como um confronto com ocorrências que mudam uma dada compreensão do mundo (do leitor, do jornalista, dos envolvidos na relação de comunicação jornalística), desencadeiam atos interpretativos não só de familiaridade com o mundo mas também originais, possibilidades de interpretação não enclausuradas no fato evidenciado como um já isto ou aquilo.

## 5. Abrir o acontecimento

Vimos até aqui que a relação do acontecimento com a temporalidade pode ser percebida então de pelos menos duas maneiras distintas, baseada em uma duplicidade da enunciação que tem a ver com aquilo que Quéré (2005), na esteira de G. H. Mead, chama de dualidade do acontecimento quando referido à



experiência. O acontecimento, por um lado, pode ser visto como um culminar de um processo, enredado numa certa trama seqüencial de eventos, dotado de nexos causais, compreensível em seu significado a partir de um contexto prévio.

Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidas pelo contexto. Além disso, aparece fechado quando concluído. É inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Não o transborda. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois (Quéré, 2005, p.66).

Todavia, o acontecimento também pode possuir uma função inaugural, em que a perspectiva causal e linear não serão determinantes para sua compreensão. Se não apreendidos por nexos causais e a partir de um contexto pré-definido, o acontecimento, segundo Quéré, "é, ele próprio, portador ou criador do sentido" (p.13) não podendo ser fixado apenas pelas circunstâncias e momento da sua ocorrência.

Espacialmente, porque os seus efeitos podem estender-se a lugares muito distantes daquele em que ocorreu. Temporalmente, porque se alonga para o futuro e para o passado. Para o futuro, porque é só posteriormente, com um certo atraso, via os efeitos produzidos, as conseqüências, as situações criadas e reveladas, as respostas suscitadas que ele pode ser verdadeiramente compreendido. Para o passado, porque, para além de que só emerge graças ao acontecimento, este permite descobri-lo sob um novo dia, devido ao ponto de vista inédito que fornece e aos recursos interpretativos que transporta. Por isso, o acontecimento não se produz somente no tempo: ele dá também «o tempo a ver-se» (Quéré, 2005, p.67).

Vimos também que a narrativa jornalística, mesmo em sua modalidade mais típica, a notícia, não corresponde à total recomposição no âmbito da linguagem da realidade fenomênica de um evento ou fato. Distintas modalizações no discurso é que irão permitir ao texto jornalístico, ao construir uma retórica voltada para apreender o cotidiano na sua dimensão singular e factual, apresentar o tempo do discurso como se fosse o tempo do próprio acontecimento. E aqui cabe destacar que o acontecimento jornalístico não pode ser visto apenas como processo de referenciação de objetos extradiscursivos. Fausto Neto (2005), ao investigar mudanças nas estratégias enunciativas do discurso da informação, mostra como é improvável que hoje possamos estabelecer de princípio uma perspectiva de análise que tome acontecimento e enunciação como confundidas no interior do discurso. A partir de estratégias centradas na produção de uma auto-referencialidade de suas

operações, o discurso jornalístico estaria transformando-se, ele mesmo, no próprio acontecimento central do relato noticioso, “na medida em que o discurso da atualidade não está mais num referente, mas nas disposições que dão a uma determinada realidade” (FAUSTO NETO, 2005, p.16). Essa primazia do “relato sobre o relato” afeta, segundo Fausto Neto, o lugar de fala do discurso, suas diferentes modalidades de articulação e a maneira como visa a recepção.

Ainda assim, o relato jornalístico, sempre nucleado por um “tempo presente”, estimula uma sensação de simultaneidade entre os fatos e o momento de sua apropriação pelo leitor. É nesse sentido que podemos falar do relato jornalístico como um discurso que se volta não propriamente para o acontecimento ou para o acontecido, e sim para o acontecer.

A notícia inscreve-se na fenomenologia de nossa vivência do presente, de nossa duração, que é o tempo enquanto dado imediato da consciência. (...) A duração é um dado básico, elementar. Ela nos revela que esse tempo do mundo que experimentamos é um tempo do homem: a coisa é percebida na duração, assim como o sujeito se percebe também; toda construção coerente do mundo faz-se no tempo, num tempo (SODRÉ, 1996, p.136).

O modo de construção do discurso do jornal impresso sobre o acontecimento é realizado de forma a lembrar o que os gregos chamavam “*Epheméros*”, o que dura um dia. Na abordagem jornalística, o acontecimento não está apenas no tempo, num desenrolar histórico que lhe é exterior, mas o tempo é visado no acontecimento, na sua “duração”. É nesse sentido que Sodré (1996, p.138) aponta que no caso do jornalismo “não há exatamente ruptura e sim ponto rítmico na temporalidade cotidiana. Esta é a natureza do acontecimento noticioso”. A temporalidade é uma espécie de “harmonia”, no sentido musical, do acontecimento; uma das suas formas de arranjo, de se constituir como estrutura ordenada, de ritmar o acontecimento. Sem tal “harmonia” não há como a enunciação jornalística dar visibilidade a diferentes eventos ou acontecimentos da vida social, arrancando-lhes de uma prática cotidiana e ordinária para luzir sob uma forma do extra-ordinário da notícia. Pela articulação com a temporalidade social é que talvez nos distingamos da conclusão a que Charaudeau chega, ao dizer que a “máquina midiática não dispõe de meios para tratar dessas contradições [a distância do acontecimento cotidiano e do acontecimento histórico], porque a informação procura exibir o esperado e o inesperado, colhida entre o *infra* e o *supra-significante* (CHARAUDEAU, 2006, p.142).

A nosso ver, tal paradoxo é mesmo o que funda o discurso jornalístico, é sua condição de existência. Vivemos a vida cotidiana, como diz Parret, como uma forma de relato e as temporalidades do cotidiano como o tempo de um relato.

Aquele que "vive" o cotidiano em atos de produção ou de recepção de práticas é um interpretante que projeta ou "inventa" a estruturação em um tecido vivido. As táticas da vida cotidiana organizam as relações de força, ritualizando o ballet do fraco e do forte. Esta ritualização do cotidiano exige memória e a projeção de uma expectativa. (PARRET, 1995, p. 132)

Há sempre um observador não externo mas interno à vida cotidiana. O jornalista é sempre um interpretante. A vida-relato que ele constrói não é meramente um relato sobre algo. É ao mesmo tempo um enunciado narrativo e uma enunciação narrativa, o tempo contado e o tempo de contar se confundem. O jornal vive então como personagem e narrador. "Como personagem de seu próprio relato, 'vive' uma temporalidade enonciva, uma temporalidade projetada fora da enunciação como estando intrinsecamente ligada à substância vital e opaca" (PARRET, 1995, p.132). Mas inscrito nesse processo social que pretende relatar, como uma espécie de narrador de sua vida-relato, "ele 'constrói' uma temporalidade enunciativa, um tempo de contar, deitivamente determinado pelo Aqui e Agora do ato de contar". É uma tensão da vida relato. "O tempo é enunciado ao mesmo tempo que enunciativo" (p.132). Certamente, a partir daí, as questões se multiplicam. Como reconstruir frente aos textos e objetos o instante, o imediato, o aqui e agora? Como captar sem reducionismo a imprevisibilidade do futuro e a sobrevivência do passado na memória? Como falar adequadamente das gerações e de outros tempos de repertórios e unidades temporais: jovem, adulto, velho? Recente contra antigo? Novo contra velho, como muitas vezes faz o discurso da notícia? Não perduraria ainda nas abordagens discursivas do relato jornalístico uma mentalidade a-diacrônica ou mesmo a-crônica, ainda marcadamente estruturalista?

Se a notícia não equivale ao conhecimento histórico não há porque estabelecer um corte entre informação jornalística e história. Assim como o "historiador do imediato", que faz do desconhecimento da conclusão do período que estuda sua força e virtude (LACOUTURE, 1998, p. 225), a "ignorância" do jornalismo quanto ao desenlace dos acontecimentos que cobre pode ser uma forma de restituir "abertura" ao acontecimento jornalístico.

## Referências

- ABRAMO, Cláudio Weber. Império dos sentidos: critérios e resultados na Folha de São Paulo. *Novos Estudos*, n.31, out. 1991.
- AGAMBEN, Giorgio. Tempo e história – crítica do instante e do contínuo. In: \_\_\_\_\_. *Infância e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARCQUEMBOURG- MOUREAU, Jocelyne. *Le temps de événements médiatiques*. Bruxelles: De Boeck, 2003.
- ARCQUEMBOURG-MOUREAU, Jocelyne. L'événement en direct et en continu. L'exemple de la guerre du Golfe. *Réseaux*, Paris, n.76, p. 31-45, abr. 1996.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, p.20-29, Jan. 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 1997.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FAUSTO NETO, Antônio. Enunciando realidades ou os modos de fabricação da realidade midiática? *Comunicação, Mídia e consumo*. São Paulo, v.2, n.4, p.29-48, Jul.2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- GARCIN-MARROU, Isabelle. L'événement dan l'information sur l'Irlande du Nord. *Réseaux*, Paris, n.76, p. 47-60. abr. 1996.
- HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2001.
- Jornalismo: questões, teorias e história*. Lisboa: Vega, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semantica de los tiempos historicos*. Barcelona: Ed. Paidós, 1993.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.216-241.
- MIRANDA, J. A. B. *Traços. Ensaios de Crítica da Cultura*. Lisboa: Vega, 1997.
- OLIVEIRA, Luiz Alberto. *Imagens do tempo*. In: DOCTORS, Márcio (org.). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.33-68
- ONG, WALTER. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus, 1998.
- PARRET, Herman. *De la semiótica a la estética*. Buenos Aires: Edicial, 1995.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n.6, p. 59-76, 2005.

REIS, J. C. Tempo, História e Evasão. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, Adriano. O acontecimento. In Traquina, Nelson (org.).

ROMANO, Claude. L'Événement et le temps. Paris: PUF, 1999.

SODRÉ, Muniz. "A forma da notícia". In: \_\_\_\_\_. Reinventando a cultura. Petrópolis: Vozes, 1996.

SODRÉ, Muniz. O que é mesmo uma noticia? In: ANAIS do XIV Encontro Anual da COMPÓS. Niterói: Compós, 2005.

SODRÉ, Muniz; SOARES, Raquel Paiva de Araujo. Sobre o Facto e o acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, v. 1, p. 95-101, 2005.

TÉTU, Jean-François. La temporalité des récits d'information. In : VITALIS et al. (dir.), Médias, temporalités et démocratie. Rennes : Editions Apogée, 2000. p.91-108.

TÉTU, Jean-François. L'actualité ou l'impasse du temps. In: Sciences de l'information et de la communication. Textes essentiels. Paris: Larousse, 1993. p.713-722.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

## Notas

---

<sup>1</sup> Ricoeur assumiu tal perspectiva para sua discussão sobre temporalidade: "é preciso resistir ao estreitamento do espaço de experiência. Para isso, é preciso lutar contra a tendência de considerar o passado apenas sob o ângulo do acabado, do imutável, do passado. É preciso reabrir o passado, reavivar nele potencialidades não cumpridas, impedidas, massacradas até. Numa palavra, contra o adágio que quer que o futuro seja, sob todos os aspectos, aberto e contingente e o passado univocamente fechado e necessário, é preciso erguer as nossas expectativas mais determinadas e as nossas experiências mais indeterminadas. Ora, aí estão as duas faces de uma mesma tarefa: porque só expectativas determinadas podem ter sobre o passado o efeito retroativo de o revelar como *tradição viva*" (RICOEUR, 1989, p.274).

<sup>2</sup> O acontecimento "ao vivo" das mídias eletrônicas obedece a uma lógica de montagem distinta, apontando em geral para a antecipação e projeção do fato. Ver sobre isso Arquembourg (2003).

<sup>3</sup> "Se o sentido *evenemencial* da experiência é o seu sentido originário para a aventura humana, resta compreender porque tem estado constantemente recoberto e obscurecido por esta tradição filosófica que, de Aristóteles aos nossos dias, pode receber a denominação ampla de empirismo" (ROMANO, 1999, p.255).

<sup>4</sup> Romano grafa «ex-pér-ience» para ressaltar como tais sentidos estão na própria etimologia da palavra: provar, do latim *experiri*, lembrando o radical *periri*, que remete a perigo; o antepositivo *per*, que remete a travessia. Trata-se, segundo o próprio autor, de um esforço de construir um conceito verdadeiramente fenomenológico da experiência.